

ENTRE DUAS PEDRAS: CATOLÉ

(um estudo acerca das contribuições trazidas pelos textos históricos sobre Pedra Bonita e pelos folhetos de cordel nordestinos na composição de **Pedra do Reino**, de Ariano Suassuna) *

Débora Cavalcantes de MOURA CLEMENTE ¹

RESUMO Romance da Pedra do Reino e do Príncipe do Sangue de Vai-e Volta², (1971), foi a primeira narrativa de ficção publicada por Ariano Suassuna, entremeando uma carreira bem sucedida como dramaturgo. É objetivo desse artigo examinar as contribuições trazidas pelos textos históricos relativos ao movimento messiânico de Pedra Bonita (1835-38) e pela literatura de folhetos nordestina à composição do romance suassuniano.

ABSTRACT This research aims to examine the contributions brought by two main fonts of the Romance da Pedra do Reino e do Príncipe do Sangue de Vai-e Volta: the historical texts respect on the Pedra Bonita messianic movement and the northeastern “cordel” literature.

Sertão nordestino 1835-38. No período em que os grandes centros brasileiros conheciam o advento do Romantismo com toda sua efervescência e significação para consolidar a literatura nacional, um lugar distante, na caatinga sertaneja, precisamente o Sítio Pedra Bonita, era palco de trágico episódio messiânico, inspirado nos ideais sebastianistas, vitimando mais de 50 pessoas.

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Teoria e História Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 20 de fevereiro de 2002, sob a orientação da Profª. Drª. Márcia Azevedo de Abreu. Fomendade pela FAPESP-Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

¹ Mestre em História e Teoria da Literatura pelo Instituto de Estudos da Linguagem-IEL, UNICAMP e professora da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS/Arraias-TO e da Universidade Estadual de Goiás-UEG/Campus Belos-GO.

² SUASSUNA, Ariano Vilar. **Romance da Pedra do Reino e do Príncipe do Sangue de Vai-e Volta—Romance Amorial Popular Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, 625 p.

A primeira publicação de que se tem notícia sobre o assunto é “Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella Província de Pernambuco”, de Antônio Áttico de Souza Leite, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco.³ São memórias da visita do autor ao sítio Pedra Bonita, em 1874. É uma obra de referência, fonte obrigatória e tem sido a matriz para todos os estudos que se propuseram a analisar o movimento. Nela constam indicações da documentação existente, como autos de processos dos homens sobreviventes, submetidos a julgamento e o ofício do prefeito da Comarca de Flores ao Presidente da Província de Pernambuco.

Verifica-se, no entanto, que os estudos posteriores sobre o fato são colados ao discurso de Áttico e a história de Pedra Bonita é sempre ofuscada pelos sucessos do Arraial de Canudos. Mas, sem sombra de dúvidas, foi na literatura que a temática encontrou terreno fértil para florescer. Três romances adotaram como pano de fundo os trágicos episódios de Pedra Bonita: **Reino Encantado**, **Pedra Bonita** e o **Romance da Pedra do Reino**.

Obra pioneira é a de Tristão de Alencar Araripe Júnior cuja publicação data de 1878. Antes de consolidar-se como crítico literário, o cearense nos presenteou com **Reino Encantado** “onde o acontecimento, brilhantemente romanceado, se desdobra com todos os seus aspectos emocionantes.”⁴ Araripe Júnior é uma das fontes citadas por Euclides da Cunha n’**Os Sertões** para análise do mito sebastianista entre os adeptos de Antônio Conselheiro e também, do caso da Pedra Bonita. Se bem que este último de forma superficial. Euclides dedica à Pedra Bonita um pequeno trecho d’ **Os Sertões**, tentando explicar os fatores históricos responsáveis pela “religião mestiça” dos sertanejos. É provável que Euclides tenha se voltado para Pedra Bonita depois de perceber a grande influência de D. Sebastião entre os habitantes de Canudos, conforme consta em suas anotações de campo: “um iluminado, ali congregou toda população dos sítios convizinhos e, engripando-se à pedra, anunciava convicto, o próximo advento do reino encantado do rei D. Sebastião”.⁵

Duas décadas após a publicação de **Os Sertões**, em 1926, realiza-se o primeiro congresso de Regionalismo por iniciativa de Gilberto Freyre que convocava intelectuais e artistas do Nordeste a exprimir, sem separatismo nem bairrismo, os valores e tradições peculiares a sua terra. Convite aceito sobretudo pelos escritores, prefigurando uma fase na literatura regional nordestina de grande vigor. Destacamos neste contexto José Lins do Rêgo aqui colocado como regionalista e tributário da obra euclidiana. Aliás, se não é possível enquadrar Euclides na ótica regionalista, porque transcende tal perspectiva, é possível, por outro lado, indicá-lo como uma

³ Cf. SOUSA LEITE, Antônio Áttico. “Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, Província de Pernambuco.” Em: **Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco**. Nº 60 . Recife, 1903.

⁴ CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 27ª ed., 1968, p.110.

⁵ Idem. p. 107.

das matrizes da corrente regional. A resposta ao manifesto regionalista viria com vastíssima produção, dentre a qual o romance cuja temática é a crença sebastianista no Sertão do Pajeú: **Pedra Bonita**, de José Lins do Rêgo(1938).

A obra **Pedra Bonita** se não era essencialmente memorialista, tinha como lembrança de fundo, cenas de homens na estrada carregando uma cruz, chicoteados. Representa esta obra uma inflexão do autor na temática predominante, o ciclo da cana-de-açúcar, rumo a uma identificação com a literatura oral nordestina. Assim a temática, o ambiente, as personagens do romance **Pedra Bonita** repontavam da gesta dos cangaceiros, das fantásticas explosões de fanatismo religioso e das belas narrativas dos folhetos em verso do cantador nordestino.

A crítica e a historiografia literárias registram a presença de **Pedra Bonita**. A título de exemplo, daremos voz a Antônio Cândido. Ele destaca no romancista “a grandeza e a imaginativa popular que ao mesmo tempo rebate o sentimento e os impulsos da alma coletiva”⁶. Para Cândido, Rêgo é o “aedo popular que se compara aos cantores e cantadores do Nordeste, ao refletir a memória coletiva através de seus processos e de suas linguagens características”⁷. Aqui o crítico resgata não apenas a dimensão de memorialista da infância, tão constante nas obras de Rêgo, mas pontua o resgate da memória coletiva. Ao que parece há uma conversão da memória individual do autor, da sua infância, da sua terra - um feixe de lembranças evocadas - em memória coletiva a partir fundamentalmente, de um sentimento de preservação de raízes, um sentimento de “pertencimento” a um universo cultural marcado na memória. Conforme o próprio autor afirma: “(...)quando imagino meus romances, tomo sempre como orientação o dizer das coisas como elas surgem na memória, com o jeito e a maneira simples dos gegos poetas”⁸.

Enfim, a partir deste rápido esboço, queremos enfatizar a importância de José Lins do Rêgo em inaugurar, no contexto do Regionalismo de 30, a abordagem do misticismo, tendo a Literatura de Cordel uma fonte significativa para criação literária, estabelecendo um estilo com visíveis influências posteriores.

Exemplo mais ilustrativo é Ariano Villar Suassuna, que publicou em 1971 o **Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta - Romance Armorial Popular Brasileiro**. **Pedra do Reino** é um “caso à parte na ficção brasileira contemporânea,” visto que “a disposição dos materiais narrativos revela-se tão artificiosa e sabiamente premeditada que esse livro chega a ser(...) uma obra enigmática, composta de vários estratos de significado.”⁹ De fato, trata-se de um romance em que o entrecruzamento de textos é muito intenso. **Pedra do Reino** é, portanto, formado por multiplicidade de vozes que fazem dele uma narrativa é

⁶ CÂNDIDO, Antônio. **Presença da Literatura Brasileira**. SP : Difel. 3ª ed Vol. III ., 1968 p. 251.

⁷ Idem Ibidem.

⁸ NICOLA, José. **Literatura Brasileira das Origens aos Nossos dias**. SP: Scipione.1990, p. 285.

⁹ LIND, Georg Rudolf. “Ariano Suassuna romancista.” Em: **Colóquio/Letras**, nº 17, 1974, p. 29.

polifônica. Lançaremos mão da apreciação crítica de Lind, a fim de indicar as principais fases temporais da obra suassuniana.

O romance de Suassuna é um memorial redigido pelo protagonista e narrador Quaderna. Através da obra, a personagem dirige-se ao supremo tribunal brasileiro para se defender das acusações de dois crimes: o assassinato de seu padrinho de batismo e as desavenças ocorridas em Taperoá por ocasião da chegada do Rapaz do Cavalo Branco.

Quatro datas marcam as fases temporais do romance. Nove de outubro de 1938 fixa o dia em que, preso na cadeia, o cronista começa a redigir o memorando. A escrita da obra inicia-se exatamente “seis meses depois do primeiro interrogatório a que o cronista é submetido pelo corregedor, em 13 de abril de 1938- interrogatório muito extenso que acaba, no final do romance, com a convocação de D. Pedro Dinis [*Quaderna*] para um segundo interrogatório, previsto para o dia seguinte.”¹⁰

Logo no primeiro capítulo do Romance, sabe-se que Quaderna foi considerado culpado pelo corregedor e posto na prisão. No entanto, permanece o enigma. Ao final do romance, não fica claro se o acusado é condenado ou absolvido no julgamento público ao qual foi submetido. Mas, é certo que os “acontecimentos do romance estão condensados em dois dias: as vivências do cronista durante o dia de seu primeiro interrogatório e a reconstrução do dia da cavalgada do Donzel.” A cavalgada chega a Taperoá no dia 1º de junho de 1935. Tais acontecimentos, de tão importantes, são relatados pormenorizadamente no primeiro interrogatório de Quaderna.

Outra data significativa é o dia 24 de agosto de 1930, quando o padrinho de Quaderna foi assassinado. Esse fato motivou o nebuloso desaparecimento do filho mais novo da vítima, que só reapareceu no dia da Cavalgada, de forma igualmente misteriosa.

Embora essas datas sejam relevantes para a compreensão do enredo, interessa dizer que elas não são as únicas aludidas na obra. As arguições do corregedor dirigidas a Quaderna, levam o narrador a fazer digressões temporais muito amplas. Durante o interrogatório, Quaderna narra os principais acontecimentos de sua vida: a infância, a adolescência, a formação intelectual. Informando-nos sempre de como a trajetória pessoal dele interferiu em suas ações, no dia da Cavalgada e por ocasião da morte de D. Pedro Sebastião Garcia-Barreto. Conforme atesta o trecho:

“Intercaladas nesta reconstrução do dia da cavalgada e do dia do interrogatório, encontramos referências a acontecimentos temporalmente muito afastados: à Guerra do Reino; à revolta do sertão(1835-1838), um século antes dos acontecimentos do romance; a diversos episódios da História portuguesa e brasileira, por exemplo, à batalha de Alcácer-Quibir e à trágica desventura do rei Zumbi, chefe dos escravos pretos(...) Falta-

¹⁰ Idem, p. 30 [Grifo nosso].

nos ainda mencionar a atemporalidade das lendas populares, entrelaçadas na ação principal(...) ou os romances de tradição multissecular, como o romance de Carlos Magno e de Roberto do Diabo. A incorporação desses materiais assegura ao romance de Suassuna uma invulgar ampliação temporal: partindo das quatro datas acima mencionadas, percorremos, no decurso da obra, nada menos do que três mil anos, de Homero e os profetas judaicos até a atualidade.”¹¹

Tais informações sobre **Pedra do Reino** prenunciam que, ante ao romance suassuniano, há múltiplas possibilidades de leitura. Um exemplo disso é o fato de o romance de Ariano Suassuna ser intertextual: paralelo ao reboliço que marca a chegada do Rapaz do Cavalo Branco a Taperoá, depois de um longo e inexplicável sumiço, são abordadas questões de crítica e teoria literária, história do Brasil e de Portugal, de ontem e hoje; são inseridos textos de literatura; bem como há visível filiação do romance com os folhetos nordestinos.

Com vistas à viabilização da pesquisa, um recorte se fez necessário. Assim, a dissertação foi direcionada por dois objetivos centrais: estudar o papel da literatura de folhetos no interior do romance e pesquisar como os historiadores, sobretudo o texto de Antônio Ático de Sousa Leite, contribuíram na composição de **Pedra do Reino**. A fim de atingir o nosso propósito, segmentamos a dissertação em quatro capítulos: 1) versa sobre a recepção da obra pela crítica literária; 2) discorre sobre como o próprio Suassuna analisa seu romance, baseando-se numa entrevista concedida pelo autor, em maio de 1998; 3) estuda como Suassuna apropria-se de textos históricos sobre o movimento messiânico de Pedra Bonita (1835-38) para compor o romance; 4) analisa o papel dos folhetos nordestinos no interior de **Pedra do Reino**.

Uma recepção de Pedra do Reino

Podemos afirmar que a recepção de **Pedra do Reino** se deu através de dois veículos. A primeira e a mais importante foi publicada em periódicos que circularam no Brasil nas décadas de 70 e 80 e, a segunda, foram aquelas estampadas nas historiografias literárias.

Ante aos artigos de jornais e revistas discutimos a respeito da caracterização ou definição da obra. No que tange ao romance de Suassuna, o parecer da crítica literária somente se concretiza com a análise do gênero a que se filia **Pedra do Reino**. Daí por que a fala dos críticos, não raro, apresenta pouca convergência.

Ainda assim, os críticos costumam comparar **Pedra do Reino** a determinados cânones da literatura, a exemplo de **D. Quixote**, de Miguel de Cervantes, de **Grande**

¹¹ Idem, p. 31.

Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa. Talvez isso se deva a uma necessidade antiga dos críticos de aproximarem obras estreadas, de clássicos: obras de renome e já consagradas, caso dos títulos de Cervantes e de Guimarães Rosa supramencionadas. O objetivo, neste caso, não se restringe a conferir status à nova obra. Desde longa data, parece ser uma saída comum aos críticos e historiadores da literatura, considerar o mecanismo que mantém o vínculo da produção artística em épocas diferentes. Joaquim Norberto de Sousa e Silva, já havia comentado em **Mosaico Poético**: “nenhuma época existe sem levar o cunho das antecedentes; pois tudo o que existe é o produto, a criação da criação anterior; e tudo o que é tomou a existência do que foi.”¹²

Se esse princípio é válido para **Pedra do Reino**, para isso concorre sobremaneira o pioneirismo da narrativa quadernesca, pois ela “é uma obra difícil, atrevida e pioneira - em nossa ou em qualquer outra literatura - e na qual, mais uma vez, se acha poderosamente demonstrado que a arte de criar e recriar palavras, a de empregá-las de modo original, e ainda de não levar em conta nenhum preconceito estético”¹³. Sendo uma obra tão diferente de tudo, uma primeira solução encontrada pela crítica foi exatamente compará-la com o já canonizado.

Outras vezes, o móvel da discussão dos críticos acerca do romance é o confronto entre as características regional e universal da obra. Esse aspecto, cabe lembrar, parece ser o único ponto pacífico entre os críticos de **Pedra do Reino**, já que todos eles compartilham da opinião de que se trata de um romance tributário do regionalismo, porém em muito superior dadas as suas qualidades universais pela forma que utiliza o espaço sertanejo para dimensionar os dramas da condição humana.

Na segunda parte do capítulo, expomos os resultados do estudo que fizemos no que tange ao espaço concedido ao **Romance da Pedra do Reino** nas histórias literárias brasileiras. Debruçamo-nos em compêndios de literatura que integraram obras publicadas depois de 1971.

Ao examinarmos a recepção de **Pedra do Reino** em compêndios literários, constatamos que pouca ou nenhuma atenção foi dispensada pelos historiadores da literatura ao romance suassuniano. Tanto é verdade que basta consultar o número de historiografias literárias produzidas após a publicação de **Pedra do Reino** e verificar que de 19 títulos pesquisados, apenas dois deles trazem alguma menção ao romance de Suassuna. Por outro lado, é visível o contraste quando se compara a crítica sobre **Pedra do Reino** publicada em periódicos, jornais e revistas do Brasil e do exterior. Já aí, encontramos vasto material, traduzido, principalmente, na forma de artigos. Isso suscita algumas reflexões acerca dos limites de tais obras, cuja pretensão é historiar a produção literária de uma época.

¹² SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. **Mosaico poético**. *Apud*. ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 195.

¹³ SEIXAS, Tomás. **Jornal do Comércio**, 26/09/71.

Para explicar essa lacuna, levantamos algumas hipóteses. Primeiro é necessário considerar que as historiografias literárias, desde longa data, têm dificuldade de incorporar a produção contemporânea. Almeida Garret, em **Parnaso Lusitano**, busca imbuir-se de vigorosa imparcialidade diante da tarefa nada fácil de avaliar obras de autores vivos, cuja dificuldade, ele próprio reconhecia, estava em “julgar e escolher obras que aguardam ainda o conceito da posteridade, quase sempre o único tribunal reto das coisas dos homens, especialmente de matéria de gosto.”¹⁴ Ou seja, Garret entende que o critério fundamental para o reconhecimento de um autor é o da posteridade.

Essa mesma idéia encontramos em Sílvio Romero. Discutindo o indianismo de Gonçalves Dias, ele identificou dois momentos capitais na luta dos autores pelo reconhecimento na literatura e nas artes. Um momento, segundo Romero, é feito pelo próprio escritor em sua vida, e o outro momento é atribuído pela consciência pública e pela história, depois de sua morte. Em seguida, enfaticamente, declara Romero, “este último[momento] é o que tem maior alcance e definitivo valor.”¹⁵

Tomando por base dois grandes exemplos da história da literatura, como é o caso de Almeida Garret e Sílvio Romero, ambos originários do século XIX, percebemos que, mesmo atualmente, sobrevive entre os críticos a idéia segundo a qual uma obra pode ser melhor abalizada se vista pelo distanciamento do tempo. Neste caso, tratando-se de uma obra relativamente recente, situação de **Pedra do Reino**, ela estaria ausente devido a critérios cronológicos já consagrados.

Outra possibilidade é a de que a ausência de **Pedra do Reino** nos textos de historiadores da literatura deva-se ao fato de ele ser um romance filiado a um fato histórico sem grandes repercussões na história do Brasil: a história de Pedra Bonita. Na verdade, o episódio histórico do sítio Pedra Bonita somente aparece comentado, muito ligeiramente, em obras que tratam do messianismo, como por exemplo, em **Os Sertões**, de Euclides da Cunha. Mesmo neste caso, a tematização dá-se em torno da experiência histórica da comunidade do Arraial de Canudos, no sertão da Bahia. Seja como for, a impressão que se tem ao analisar os movimentos ditos “messiânicos” na história do Brasil é a de que Canudos, talvez pela sua magnitude, condensa o principal viés da explicação historiográfica, enquanto que os outros movimentos, certamente dignos de atenção, tais como Pau de Colher, Caldeirão, Rodeador, Pedra Bonita, entre outros, figuram como simples coadjuvantes.

A terceira hipótese capaz de explicar tal lacuna nas historiografias literárias é a que se relaciona com o próprio reconhecimento da literatura de cordel enquanto “literatura”. Suassuna se apropria dos folhetos de cordel. E ao fazê-lo, através de

¹⁴ ALMEIDA GARRET, João Batista da Silva Leitão de. **Parnaso Lusitano**. *Apud*. ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 26.

¹⁵ ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Vol. 3, 7ª ed. Brasília/ Rio de Janeiro: INL/ José Olympio, 1980, pp- 943-44.

uma estrutura metapoética, elabora uma veemente defesa desse tipo de literatura. Ora, ao que tudo indica, este tem sido um aspecto muito problemático para o ajuizamento crítico de sua obra romanesca. Antes de mais nada, canonizar **Pedra do Reino** poderia significar também canonizar a literatura de folhetos nordestina.

Além disso, existem de algumas classificações definidoras do que seja e do que não seja literatura. Assim, por exemplo, quando se fala da heterogeneidade interna da literatura com sua divisão em vários extratos, explica-se desde cedo a noção de “literatura canonizada”, ou seja, “aquele conjunto de obras consideradas como esteticamente valiosas pelo ‘milieu’ literário: escritores, críticos, professores, etc- e aceitos pela comunidade como parte viva, fecunda e imperecível de sua herança cultural,”¹⁶ ou aquilo que seria o seu oposto, a “paraliteratura”, que, se por um lado não comporta uma conotação depreciativa, por outro, pode ser interpretada como “literatura marginal” ou “periférica.”¹⁷

Constatamos que a crítica elaborada sobre **Pedra do Reino** constitui-se em sua quase totalidade de alguns críticos estrangeiros e outros da região nordeste, cujas publicações, tanto no Brasil como no exterior, têm se concretizado em jornais e revistas. Neste caso o que chama atenção é o volume de trabalhos publicados. Entretanto, o mesmo não se verifica em relação às regiões e sul e sudeste do País que ocupam posição privilegiada no que diz respeito ao volume e qualidade da produção da crítica literária, com reconhecimento de ser o “berço do cânone,” para usar aqui a expressão de Zilberman e Moreira.

Longe de pretender uma discussão com base em critério de fronteiras, queremos apenas enfatizar a insípida recepção de **Pedra do Reino** nos periódicos das regiões sul e sudeste. Talvez essa seja uma das justificativas para explicar a quase ausência do romance sussuniano nas historiografias literárias.

O trabalho dos historiadores da literatura indica alguns procedimentos que parecem estandardizados. Entre eles, por exemplo, é prática recorrente analisar as obras dos literatos a partir do gênero a que se filiam. Todavia, é sabido que alguns autores têm produções filiadas a diferentes gêneros, ora produzindo obra lírica, ora dramática, ora narrativa de ficção. Neste caso se encontra Ariano Suassuna, pois entre os títulos de sua autoria há peças de teatro, poesias e romances. Diante disso, os historiadores, via de regra, optam por classificar o literato em estreita correspondência com apenas um gênero determinado, sem se ocupar com os demais. É conveniente salientar que antes mesmo da publicação de **Pedra do Reino** e da incursão de Suassuna como romancista, o mesmo já gozava de grande prestígio,

¹⁶ AGUIAR e SILVA, Vítor Manoel. **Teoria da literatura**. 8ª ed. Vol. 1. Coimbra: Almedina, 1991, p. 114.

¹⁷ Designação utilizada por J. Mukarovsky e Arnaldo Saraiva, respectivamente, encontrados em Silva e Aguiar com a seguinte informação: “Mais acentuadamente do que ‘periférico,’ ‘marginal’ comporta constituintes sêmicos que, para além de uma informação sobre fronteiras topológicas, assinalam uma posição inferior ou degradada na escala dos valores morais, socioculturais e pragmáticos de uma coletividade.” Cf. AGUIAR e SILVA, Vítor Manoel. *Idem*, p. 115 (nota de rodapé).

inclusive no exterior, graças a seu teatro. Assim, quando se trata de Ariano Suassuna, a história da literatura considera fundamentalmente “o dramaturgo”, autor do **Auto da Compadecida**¹⁸, ignorando-o como romancista. Justificada ou não, esta espécie de descaso não passou despercebida por Ariano Suassuna que se manifesta corroborando a idéia de uma possível “campanha de silêncio”.

(...)as pessoas geralmente me aceitam como dramaturgo, mas têm um pé atrás em relação a **Pedra do Reino**. E para mim, a **Pedra do Reino** é minha obra mais importante. Reinaldo Azevedo, da **Revista Bravo**, pela primeira vez disse que em relação à **Pedra do Reino** havia uma campanha de silêncio, e há. Há uma má vontade, alguma coisa com o desconhecido, eu não sei(...)¹⁹

Das análises apresentadas, depreendem-se considerações relevantes que valem ser reafirmadas. **Pedra do Reino** foi bem recebido pela crítica. No entanto, o corpus crítico e teórico acerca do romance está longe do alcance da maioria do público e dos estudiosos, como os acadêmicos de Letras espalhados Brasil a fora. Isto porque tais pareceres foram veiculados em periódicos dos anos 70 e 80. Ter acesso a esse material, hoje, demanda esforço significativo: faz-se necessária uma peregrinação pelos arquivos de periódicos, a exemplo da Biblioteca Nacional e da Fundação Joaquim Nabuco.

Nos anos 90, **Pedra do Reino** ressurgiu na mídia²⁰. Esse fato não representou novas perspectivas de análise sobre o romance. Na verdade, na história da recepção da obra, esse episódio é marcado por uma orientação visivelmente nova. **Pedra do Reino** reaparece em periódicos na esteira da **Cavalgada**²¹. Mas, nesse caso, o romance é ofuscado pela atenção dispensada ao autor e à festa da **Cavalgada à Pedra do Reino**.²²

¹⁸ Cf. SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

¹⁹ Cf. SUASSUNA, Ariano. “Memória de ficção e de família do Imperador da Pedra do Reino”. Entrevista concedida à Débora Cavalcantes de Moura, em 31/05/1998(mimeo), p.21.

²⁰ Podemos encontrar matérias e reportagens sobre Ariano Suassuna nas revistas **Casa Cláudia**, **Cláudia**, **Bravo** e **Caminhos da terra**, por exemplo.

²¹ A Associação Cultural Pedra do Reino organiza, desde 1992, no último fim de semana do mês de maio, na cidade de São José do Belmonte, Pernambuco, A Cavalgada a Pedra do Reino, que reúne a cada ano um número maior de participantes. Trata-se de uma festa popular inspirada no romance de Suassuna, **Pedra do Reino**, em que as pessoas da cidade organizam-se para dramatizar a Cavalgada de Quaderna e seus irmãos bastardos e a Cavalgada do Rapaz do Cavalo Branco. Nessa última os cavaleiros paramentados e alguns levando consigo réplicas das bandeiras que ilustram o romance, fazem um percurso de 37 Km, da sede do município até o sítio histórico. Chegando lá é celebrada uma missa pela alma dos mortos no século passado. Ariano Suassuna é presença confirmada à festa desde que recebeu dos organizadores o título de “Imperador da Pedra do Reino”.

²² No carnaval de 2002, **Pedra do Reino** serviu como enredo da escola de samba carioca Império Serrano. O tema do desfile é “Aclamação e Coroação do Imperador da Pedra do Reino: Ariano Suassuna”

Para compor esta parte da dissertação, servimo-nos do privilégio de pesquisar uma obra cujo autor vive. Por isso, transformamos em um depoimento a aprazível entrevista que Suassuna generosamente nos concedeu. Na ocasião, conhecemos algumas particularidades interessantíssimas sobre **Pedra do Reino**: a história do romance, o parecer do autor sobre a apreciação da crítica e história literárias destinadas a **Pedra do Reino**, a relação de Suassuna com a literatura de cordel nordestina, de sua vida. Enfim, informações caras e essenciais à pesquisa.

A história de Pedra Bonita no Romance da Pedra do Reino

O terceiro capítulo examinou o modo que Ariano Suassuna apropria-se dos textos que abordam a história Pedra Bonita na tessitura de **Pedra do Reino**. O episódio de Pedra Bonita é recriado no romance por Ariano Suassuna. O autor de **Pedra do Reino** toma como principal fonte o artigo “Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado, na Comarca de Villa Bella, Província de Pernambuco.” Para o romancista, basear-se em Áttico na composição de **Pedra do Reino** representou algumas comodidades, pois trata-se de um texto com características próprias às obras de ficção, (embora tenha sido utilizado, como única fonte de historiadores e sociólogos). Dentre essas características algumas são mais evidentes: a inserção do elemento fantástico e de diálogos, bem como a ausência, quase que completa, das fontes primárias utilizadas na elaboração do referido artigo.

Embora haja ampla utilização do texto de Áttico, nota-se que o romancista compõe uma peça de defesa dos seguidores de Pedra Bonita. Ao contrário de Áttico, que narra os fatos do ponto de vista do interesse dos “vencedores”, Suassuna, através de Quaderna, redime os sebastianistas das acusações. No romance defende-se a justeza do que era pleiteado pelos mestiços: o confisco dos bens dos poderosos, a fim de serem divididos entre eles.

Interessa-nos fazer um paralelo entre o ponto de vista dos historiadores e do romancista, frente a um mesmo fato histórico. Para analisar as diferentes versões, uma que se quer histórica e a outra, romanesca, apropriemo-nos aqui do conceito de passividade, narrativa histórica e discurso literário. São conceitos bem distintos. A primeira, refere-se ao “real acontecido,” a exemplo da história da Pedra Bonita. A segunda é o “discurso ou texto elaborado pelo autor sobre aquela passividade,” caso da obra de Áttico. Por sua vez, o discurso literário “não exige a pesquisa documental, típica da atividade do historiador e que se encontra na base de seu

conterá na avenida a história de Suassuna e apresentará suas principais obras. Mas, segundo o carnavalesco Ernesto Nascimento, o enfoque principal cairá sobre **Pedra do Reino**. Cf. MOURA, Ivana. “Ariano ganha desfile na Sapucaí.” Em: **Diário de Pernambuco**, Viver, 09/06/2001.

trabalho, mas não dispensa o conhecimento/leitura daquele conjunto de informações que lhe dará suporte para a contextualização da narrativa.”²³

De posse dessas informações, não é lícito tomar a história de Ático como se ela retratasse o “real acontecido” entre os anos 35-38 do século XIX, nas imediações da Pedra Bonita. Trata-se de uma versão, elaborada a partir de pressupostos metodológicos e ideológicos passíveis de contestação. Sendo assim, a história da Pedra Bonita, passados mais de 160 anos, está a espera de historiadores interessados em recontá-la, sob outro prisma.

A filiação de Pedra do Reino com os folhetos nordestinos

Ao longo do último capítulo apontamos e discutimos como Ariano Suassuna apropria-se da literatura de folhetos nordestina, em favor da composição de Pedra do Reino. Tal apropriação é real, é até visível. A inserção de trechos de obras da literatura de folhetos; o próprio título do romance e o título de alguns capítulos; a inclusão de “xilografuras,” são apenas alguns exemplos do tributo de Pedra do Reino à literatura de cordel nordestina. Se isso é ponto pacífico, não é menos lícito assegurar que no caminho percorrido pelos folhetos até chegar o romance, os elementos estruturais daquele sofreram significativas modificações, efetuadas pelas mãos de Suassuna.

Faz-se necessária uma consideração acerca dos trechos de literatura de cordel, copiados dos folhetos e incluídos em **Pedra do Reino**. Ao longo da pesquisa, realizamos um minucioso levantamento de todas as obras citadas no romance. No que se refere a obras literárias, além dos títulos de literatura de cordel, pelo menos vinte e três delas pertencentes ao cânone nacional e universal são citadas por Suassuna em **Pedra do Reino**. Da literatura brasileira destaquemos obras como **Memórias de um sargento de milícias**, **Antologia Nacional**, de Carlos de Laet; **Os Sertões** e três romances de Alencar: **Minas de Prata**, **O Guarani** e **Lucíola**. Da literatura universal, **Ilíada**, **Odisséia**, **Divina Comédia**, **Paraíso Perdido** e **Os Lusíadas**. Não nos alongaremos na discussão dos modos pelos quais tais obras foram apropriadas. Se o fizéssemos, fugiríamos dos nossos objetivos.

Mas o olhar para uma evidência se faz necessário. Todas as vezes que Suassuna transcreve ou parafraseia textos da literatura erudita, seja ela da literatura brasileira ou não, há indispensavelmente uma referência ao nome do autor. O mesmo não se repete quando se trata dos folhetos nordestinos. A referência a eles, salvo raras exceções, limita-se ao título da obra.

É bem verdade que a literatura de folhetos tem características predominantemente orais, o que suscita uma discussão acerca da “autoria”, vez que

²³ LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.) **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, pp. 10-11.

alguns textos, antes de conhecerem sua versão escrita, já eram de domínio público; transmitido oralmente. Mas esse não é o caso dos folhetos apropriados em **Pedra do Reino**. Excetuando-se **Descrição das mulheres conforme seus sinais e O assassino da honra ou a Louca do jardim**, os demais folhetos, além de título, têm autores.

O procedimento relativo às “xilografuras” é semelhante aos versos citados como se fossem de poetas de cordel, mas que na realidade foram elaborados pelo próprio Suassuna. O romancista apropria-se do traço do desenho, mas, muitas das vezes, distancia-se dos temas comumente utilizados pelos xilógrafos. Para se ter idéia, das vinte e cinco imitações de xilografuras encontradas no romance, pelo menos onze são de bandeiras, insígnias, brasões, fugindo do temário consagrado.

Um outro elemento que destoa dos valores do cordel nordestino é a composição da personagem Quaderna. O autor, ao longo do romance, insiste em dizer que as principais decisões da vida do narrador Quaderna, pautam-se nos valores do cordel. Pode ser que o narrador queira fazer parecer que as decisões que toma têm a ver com os “valores do cordel,”²⁴ mas a visão de mundo dos folhetos – maniqueísta; interessada em valorizar o valente; centrada na honra familiar, – não é o que estrutura a trajetória de Quaderna.

Pode-se concluir que Suassuna, ao incorporar alguns elementos formais do cordel no interior do romance, na verdade, fica apenas na superfície do fenômeno, pinçando temas, títulos, incluindo nome de poetas. Porém, sem adotar o ponto de vista dos folhetos. Sendo assim, trata-se de um procedimento eminentemente estético. Há uma apropriação dos folhetos apenas para ilustrar o romance.

Isto não desvincula **Pedra do Reino** do cordel. Não há dúvida da função meta-literária do romance. Suassuna, didaticamente, apresenta características sobre o cordel, com vistas à compreensão do público leitor das particularidades dessa literatura. Fica evidente que, embora o romancista tenha declarado, na entrevista que nos concedeu, que escreve para seu próprio deleite, sem se preocupar com o “gosto” dos leitores, o que parece é que o público a quem **Pedra do Reino** se destinava, precisava de informações sobre a poética, temática e ilustração de folhetos de cordel, a fim de compreender o romance. Bem como parecia necessário expressar ao leitor o comportamento da intelectualidade brasileira frente à literatura de cordel, nas décadas de 30 e 40, o que se concretizou por meio das personagens Clemente e Samuel. Em matéria de tributo, a função meta-literária é a mais significativa filiação de **Pedra do Reino** com os folhetos nordestinos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. “Pobres leitores”. www.unicamp.br/iel/memoria.

²⁴ Cf. ABREU, Márcia. “Pobres leitores”. www.unicamp.br/iel/memoria.

- AGUIAR e SILVA, Vitor Manoel. (1991). **Teoria da literatura**. 8ª ed. Vol. 1. Coimbra: Almedina.
- ALMEIDA GARRET, João Batista da Silva Leitão de. (1998). **Parnaso Lusitano**. *Apud*. ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- CÂNDIDO, Antônio. (1968). **Presença da Literatura Brasileira**. SP : Difel. 3ª ed Vol. III.
- CUNHA, Euclides. (1968). **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 27ª ed.
- LEENHARDT, Jacques & PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1998). (Orgs.) **Discurso Histórico e Narrativa Literária**. Campinas: Editora da Unicamp.
- LIND, Georg Rudolf. (1974). "Ariano Suassuna romancista." Em: **Colóquio/Letras**, nº 17.
- ROMERO, Sílvio. (1980). **História da literatura brasileira**. Vol. 3, 7ª ed. Brasília/ Rio de Janeiro: INL/ José Olympio.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. (1998). **Mosaico poético**. *Apud*. ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- SOUSA LEITE, Antônio Áttico. (1903). "Memória sobre a Pedra Bonita ou Reino Encantado na Comarca de Villa Bella, Província de Pernambuco." Em: **Revista do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco**. Nº 60 . Recife.
- SUASSUNA, Ariano Vilar. (1971). **Romance da Pedra do Reino e do Príncipe do Sangue de Vai-e-Volta—Romance Amorial Popular Brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. "Memória de ficção e de família do Imperador da Pedra do Reino". Entrevista concedida à Débora Cavalcantes de Moura Clemente, em 31/05/1998 (mimeo), p.21.
- _____. (1986). **Auto da Compadecida**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Agir.